

PROPOSTA DA AMAGIS

Comissão da Assembleia apoia fundo de segurança para fóruns

Adriano Boaventura



Presidente da Amagis apresenta a proposta de criação do fundo durante audiência na Assembleia

A Comissão de Segurança Pública da Assembleia Legislativa apoiou integralmente, no dia 16 de abril, a proposta feita pelo presidente da Amagis, Herbert Carneiro, de criação do Fundo Estadual de Segurança dos Fóruns.

Por gestão da Amagis, 15 dias depois, a Comissão de Constituição e Justiça, da Assembleia, aprovou, no dia 30 de abril, o projeto, de autoria do governador, que cria o Fundo do Poder Judiciário.

Página 3

CONQUISTA

Reposição dos subsídios é paga a partir deste mês

A partir deste mês, a reposição dos subsídios está sendo paga, retroativa a 1º de janeiro deste ano. A Lei nº 20.642, que fixa os valores do subsídio mensal dos membros do Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais, nos anos de 2013, 2014 e 2015, foi sancionada no dia 12 de abril e publicada no Diário Oficial do Estado.

Página 5

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Amagis faz propostas para revisão da LODJ

As propostas para a reforma da Lei de Organização e Divisão Judiciárias (LODJ), enviada pelos magistrados à Amagis, foram apresentadas pelo desembargador Doorgal Andrada, diretor de Assuntos Legislativos da Associação, durante a audiência pública promovida pela comissão da LODJ do TJMG, realizada no dia 8 de abril.

Página 4



MagisCultura chega à 9ª edição

Página 9

Enfraquecer o Judiciário é pôr em risco o estado de direito

HERBERT CARNEIRO*

De uma hora para outra, o Judiciário passou a ser terceira instância da política, quando os próprios políticos chamam o judiciário para decidir o que eles não conseguiram sozinhos ou, por alguma razão, se omitiram. Temos nossas próprias dificuldades, mas não existe uma crise entre o Judiciário e o Legislativo. Se existir não é nossa, e nem somos responsáveis por ela; seria muito mais do próprio Congresso e do jogo político de seus membros.

E isso tem se repetido com alguma frequência. Toda vez que uma parte da Câmara ou do Senado se sente afetada ou derrotada, ela sempre busca a correção ou solução de seus problemas, à luz da Constituição, junto ao Supremo Tribunal Federal (STF), o guardião da Carta Magna.

Por isso mesmo, não tem faltado quem advertisse contra os riscos de se resolver, quase sempre, os problemas políticos por meio da Justiça. E o risco se materializou, agora, com a aprovação de uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC) número 33, na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados, formulada, de maneira retaliatória, com o objetivo de reduzir os poderes do STF.

De pronto, manifestamos nossa perplexidade e estranheza a essas iniciativas legislativas tomadas sob o efeito, muito provavelmente, de reações pontuais e de mandatos igualmente provisórios ante valores permanentes da cidadania e do estado democrático de direito, representados pela Carta Magna e por seus princípios.

Não se deve, a cada insatisfação com o exercício da vida pública e democrática, colocar em risco a estabilidade institucional do País e o respeito às leis e à Constituição Federal. O perigo é o de termos, ao final, uma aberração antijurídica em vez de construirmos uma Nação civilizada num ambiente de segurança jurídica.

O equilíbrio e a serenidade são fundamentais ao debate político ainda que os resultados imediatos não sejam favoráveis a uns e outros. É preciso reafirmar que as cláusulas pétreas na Constituição, dentre elas a separação de poderes (artigo 60), formam aquele pacto e conjunto de valores perma-

entes pelos quais a sociedade brasileira decidiu fazer-se Nação imune a influências aventureiras e de ocasião.

Os valores e ideais do mártir Tiradentes, que homenageamos no último dia 21 de abril, estão asseguradas pela Constituição Federal, cujos eixos principais, a soberania e o estado democrático de direito, estão pautados na convivência harmoniosa e na separação dos três poderes constituídos e na plena cidadania.

Além da liberdade, tão cara a nossa história e à democracia, também é o direito à igualdade que confere à Justiça um de seus maiores compromissos e uma de suas principais razões de ser. São conquistas fundamentais e intocáveis, por isso a chamamos de cláusulas pétreas. Não podem ser suprimidas, são inegociáveis e não podem ficar à mercê do debate político e enfrentamentos de ocasião.

Enfraquecer o Poder Judiciário é atentar contra a última trincheira de defesa do cidadão quando todos os outros poderes e órgãos falharam ou se omitiram. O Executivo realiza os benefícios, o Legislativo fiscaliza e legisla e o Judiciário guarda as leis e a Constituição, na condição de quem dá a última palavra quanto à constitucionalidade das leis aprovadas pelo Congresso. São funções e garantias indeclináveis para o bom andamento da democracia.

Antes de tudo, o Judiciário é o responsável pela aplicação de um dos freios e contrapesos que, em conjunto, garantem o equilíbrio entre os Poderes da República.

Se reclamam da judicialização da política, provocada, na maioria das vezes, pelos próprios políticos, não é politizando a justiça que irão resolver seus conflitos. O respeito à Constituição, que é o verdadeiro pacto republicano e social, constitui a maior de todas as cláusulas pétreas bem como a separação dos poderes.

É fundamental que os magistrados mineiros e a toda a sociedade estejam atentos e mobilizados contra a tramitação da PEC 33, que, inspirada seja por quaisquer motivações, caminha no sentido de diminuir conquistas, colocando em risco a democracia em nosso país. ●

(*) Presidente da Amagis

O perigo é o de termos, ao final, uma aberração antijurídica em vez de construirmos uma Nação civilizada num ambiente de segurança jurídica

ÍNDICE

Assembleia apoia fundo para segurança dos fóruns

3

▶▶ Assembleia apoia fundo para segurança dos fóruns 3

▶▶ Comissão do Tribunal recebe propostas para reforma da LODI 4

▶▶ Novo subsídio é pago neste mês retroativo a janeiro 5

▶▶ Diretoria amplia participação com a interiorização 7

▶▶ Amagis faz alerta contra PEC 33 7

▶▶ Entrevista juiz Joemilson Donizetti Lopes 8

▶▶ MagisCultura chega à 9ª edição e homenageia Adélia Prado 9

▶▶ Amagis investe em atividades esportivas 11

▶▶ CNPCP debate sistema prisional do país na Amagis 12

▶▶ Associação cria novo canal de comunicação com magistrados 13

▶▶ Conciliação em Muzambinho supera caso complexo 15

▶▶ Entrevista juiz Ronaldo Claret 16

▶▶ Judiciário mineiro ganha 96 novos juizes 17

▶▶ Presidente do TSE destaca papel das corregedorias 18

▶▶ 'Bom na Escola, bom no tênis' dá resultados fora das quadras 19

▶▶ Amagis Saúde recebe novo prêmio por atendimento 24

Novo subsídio é pago neste mês retroativo a janeiro

5

4 Comissão do Tribunal recebe propostas para reforma da LODI

24 Amagis Saúde recebe novo prêmio por atendimento



Jornal Mensal da
Associação dos
Magistrados Mineiros
AMAGIS

Rua Albitea, 194 • Cruzeiro
Belo Horizonte • MG
Telefax: (31) 3079-3499
e-mail: imprensa@amagis.com.br
www.amagis.com.br

ISSN - 1981-4577
(Decisão Impresso)
ISSN - 1981-4569
(Decisão On-line)

Presidente:

Desembargador Herbert
José de Almeida Carneiro

Vice-presidente Administrativa:

Juíza Luzia Divina de Paula Peixoto

Vice-presidente Financeiro:

Juiz Luiz Carlos Rezende e Santos

Vice-presidente de Saúde:

Juiz Maurício Torres Soares

Vice-presidente dos

Aposentados e Pensionistas:

Desembargador Tibagy
Salles Oliveira

Vice-presidente do Interior:

Juíza Ivone Campos
Guilarducci Cerqueira

Vice-presidente

Sócio-cultural-Esportivo:

Desembargador Tiago Pinto

Diretor-Secretário:

Morvan Rabêlo de Rezende

Diretora-Subsecretária:

Juíza Maria da Graça Rocha Santos

Diretoras de Comunicação:

Juízas Aldina de Carvalho Soares
e Rosimere das Graças do Couto

Coordenador de Comunicação:

Bruno Gontijo • Mtb - MG: 11008

Jornalistas:

Georgia Baçvaroff • Mtb - MG: 08441

Adriano Boaventura • Mtb - MG: 9181

Fernanda Marques • Mtb - MG: 12188

Tiago Parrela • Mtb - MG: 14634

Projeto Gráfico:

Agência Graffo

Diagramação:

Fosfato Editoração

Pré-impressão/Impressão:

Gráfica e Editora Del Rey

Tiragem: 2.200 exemplares

DEFESA DO MAGISTRADO

Comissão da Assembleia apoia fundo de segurança para fóruns

Após audiência pública sobre a insegurança nos fóruns mineiros, a Comissão de Segurança Pública da Assembleia Legislativa apoiou integralmente, no dia 16 de abril, a proposta feita pelo presidente da Amagis, Herbert Carneiro, de criação do Fundo Estadual de Segurança dos Fóruns. O fundo seria destinado a investir recursos na melhoria das condições de segurança em todas as comarcas do Estado. A audiência pública foi requerida pela Amagis para discutir o grave problema.

O presidente da Comissão de Segurança Pública, deputado João Leite, disse que a proposta apresentada pelo presidente da Amagis será apreciada pelo legislativo estadual. Outro membro da comissão, o deputado Lafayette de Andrada ressaltou que a proposta de criação do fundo é a que se mostra mais eficiente na prática. “Concordo com a realidade apresentada, mas nada sairá do papel se não tivermos recursos. Por isso, considero a proposta do presidente da Amagis a mais factível”, reforçou o deputado.

Após expor o quadro de fragilidade da estrutura dos fóruns nas comarcas do interior e da Grande Belo Horizonte, onde esteve nos últimos quatro meses, Herbert Carneiro argumentou que o fundo teria como objetivo aperfeiçoar e modernizar a estrutura dos fóruns, além de incrementar a capacitação dos servidores. Os recursos para o fundo

serão provenientes das custas judiciais, cujo projeto de lei tramita na Assembleia e já foi aprovado em várias comissões.

O juiz Flávio Prado Kretli contou sua experiência de viver sob escolta por oito meses quando era juiz criminal na Comarca de Teófilo Otoni, quando estava ameaçado por grupos criminosos ligados ao tráfico de droga. “Vi-me na condição de preso, detento de mim mesmo”, desabafou Kretli.

O deputado Sargento Rodrigues, que propôs a audiência, citou várias matérias publicadas na imprensa sobre ocorrências de violência nos fóruns, que reforçam a importância de se aprofundar o debate sobre a segurança daqueles que frequentam diariamente os prédios da Justiça.

O Ten. Cel. PM Renato Carvahais, assistente militar do TJMG, afirmou que o Tribunal está planejando mudanças para aprimorar a segurança nos fóruns, mas que, para implementá-las, são necessários recursos, que poderão vir com a proposta feita pela Amagis.

A Comissão Permanente de Segurança da Amagis está trabalhando ainda na proposta sobre a criação do Plano Estadual de Segurança, que conterà medidas para aprimorar a segurança nos fóruns e dos magistrados. As sugestões dos magistrados podem ser feitas por meio do endereço comissaodeseguranca@amagis.com.br. •

Tiago Parrela



Eli Lucas, Herbert Carneiro, João Leite e Wanderley Salgado

Fundo para o Judiciário é aprovado pela CCJ da ALMG

A Comissão de Constituição e Justiça, da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), aprovou, no dia 30 de abril, o projeto que cria o Fundo do Poder Judiciário. O Projeto de Lei (PL) 3.893/13, é de autoria do governador Antonio Anastasia, que visa transferir para o Tribunal valores arrecadados com as custas judiciais nas taxas de fiscalização. A aprovação havia sido defendida pelo presidente da Associação dos Magistrados Mineiros (Amagis), desembargador Herbert Carneiro.

De acordo com ele, a aprovação do Fundo trará

mais recursos para serem investidos no aperfeiçoamento do Judiciário mineiro, especialmente das condições de trabalho e de segurança das comarcas do interior mineiro.

Segundo o projeto em discussão, o fundo será um instrumento de gestão orçamentária, de natureza e individualização contábeis, vinculado à Unidade Orçamentária do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), com o objetivo de assegurar recursos necessários ao desenvolvimento das atividades específicas do Poder Judiciário.

O relator, deputado Dalmo Ribeiro

Silva (PSDB), opinou pela legalidade da proposição, na forma do substitutivo nº 1, que apresentou. Segundo o governador Antonio Anastasia, a proposição é necessária para viabilizar o cumprimento de determinações da Corregedoria Nacional de Justiça. Esse órgão verificou que a ausência de um fundo destinado à centralização das receitas próprias do Judiciário tem causado prejuízos ao Tribunal, tais como a perda de recursos e a utilização de rendas em desconformidade com os ditames constitucionais. •

APERFEIÇOAMENTO DO JUDICIÁRIO

Comissão do Tribunal recebe propostas para reforma da LODJ

Tiago Parrela



Os desembargadores Doorgal Andrada, Audebert Delage, Baía Borges, Saulo Versiani e Newton Teixeira compõem a mesa

Representando a diretoria de Assuntos Legislativos da Amagis, o desembargador Doorgal Borges de Andrada, participou, no dia 8 de abril, da audiência pública promovida pela Comissão de Divisão e Organização Judiciária do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, que recebeu sugestões e propostas de magistrados, operadores de direito e jurisdicionado sobre a reforma da LODJ. Também compuseram a mesa, os desembargadores Audebert Delage, Baía Borges, Saulo Versiani e Newton Teixeira Carvalho.

O desembargador Doorgal Andrada apresentou as propostas de vários colegas que encaminharam suas sugestões para a Amagis e afirmou que a Associação estará atenta a todos os

pedidos dos colegas. A Amagis possui um canal de comunicação entre a Associação e os magistrados com o objetivo de garantir a participação de toda a classe na luta por melhores condições de trabalho. Os magistrados interessados em contribuir para a reforma da LODJ podem enviar suas sugestões para a Amagis, por meio do e-mail: lodj@amagis.com.br.

AUDIÊNCIA

O relator do processo, desembargador Saulo Versiani, disse que a LODJ pode ser revisada a cada dois anos, apesar das dificuldades dos trâmites desse processo. Segundo ele, a Comissão está planejando fazer uma atualização, tanto de nomenclatura como de ajustamento da lei ao novo regi-

mento do Tribunal e às resoluções do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

O desembargador Saulo Versiani destacou ainda que a questão da segurança nos fóruns integra as discussões da Comissão, com a aprovação de uma legislação que a garanta e que se tenha recursos para sua implantação.

Segundo o relator, a comissão decidiu que não será tratada, em suas atividades, a possibilidade de discussão sobre a extinção ou de criação de comarcas ou varas, em função do impacto orçamentário. Mas, no que diz respeito à divisão judiciária, a comissão deliberou em sanar algumas distorções que existem, como municípios que pertencem a uma ou outra comarca, e que

vem criando um entrave para os jurisdicionados.

HISTÓRICO

A Amagis está sempre atenta e pleiteando propostas por uma reforma da LODJ quando se abre a possibilidade de discussão, que acontece de dois em dois anos. Desde a gestão do ex-presidente da Amagis Nelson Missias, o assunto ganhou prioridade da diretoria da Associação. No primeiro dia de sua gestão, em 2007, a Amagis se empenhou por uma nova Lei de Organização Judiciária (LODJ), defendendo o desarquivamento do projeto anterior, arquivado no fim de 2006, pela Assembleia, e criando uma Comissão de Acompanhamento da LODJ.

Durante este período, a Amagis apresentou propostas ao TJMG,

que foram incorporadas parcialmente. A interlocução da Amagis com a Assembléia Legislativa também foi fundamental para os avanços, quando a Associação apresentou aos deputados e líderes partidários as propostas de aperfeiçoamento da LODJ, realizando várias reuniões com o acompanhamento de toda a tramitação do projeto.

Como resultado da nova LODJ, no dia 18 de fevereiro de 2009, a Corte Superior promoveu 34 juízes, que permaneceram, por opção, nas comarcas onde atuavam. As promoções implantaram a entrância especial nas comarcas de Ribeirão da Neves, Sete Lagoas, Divinópolis, Teófilo Otoni, Barbacena, Patos de Minas, Poços de Caldas, Pouso Alegre e Conselheiro Lafaiete. ●

RECOMPOSIÇÃO

Novo subsídio é pago neste mês retroativo a janeiro

Georgia Baçvaroff



Nelson Missias de Moraes e Herbert Carneiro intensificam o corpo a corpo junto aos deputados estaduais

Após a sanção do governador Antonio Anastasia, o novo subsídio da magistratura mineira foi pago neste mês, retroativo a 1º de janeiro deste ano. A Lei nº 20.642, que fixa os valores do subsídio mensal dos membros do Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais, nos anos de 2013, 2014 e 2015, foi sancionada no dia 12 de abril e publicada no Diário Oficial do Estado.

Todo o trâmite do projeto na Assembleia até a sanção do governador foi resultado do intenso trabalho de interlocução da atual direção da Amagis, em prol da valorização da magistratura. Logo após a sanção, o presidente da Associação, Herbert Carneiro, reiterou, junto ao pre-

sidente do TJMG, desembargador Joaquim Herculano Rodrigues, a solicitação de pagamento em folha suplementar.

Herbert Carneiro disse ainda que o índice está longe de recompor as perdas inflacionárias de mais de 35%, registradas nos últimos sete anos, quando os vencimentos da magistratura estiveram congelados. Segundo ele, a Amagis, juntamente com a AMB, Ajufe, Anamatra, Amajum e as associações estaduais, vai continuar buscando, no Congresso Nacional, a reposição integral dos subsídios.

O projeto de recomposição dos subsídios foi uma iniciativa da diretoria da Amagis e encaminhado à Assembleia pelo TJMG. ●

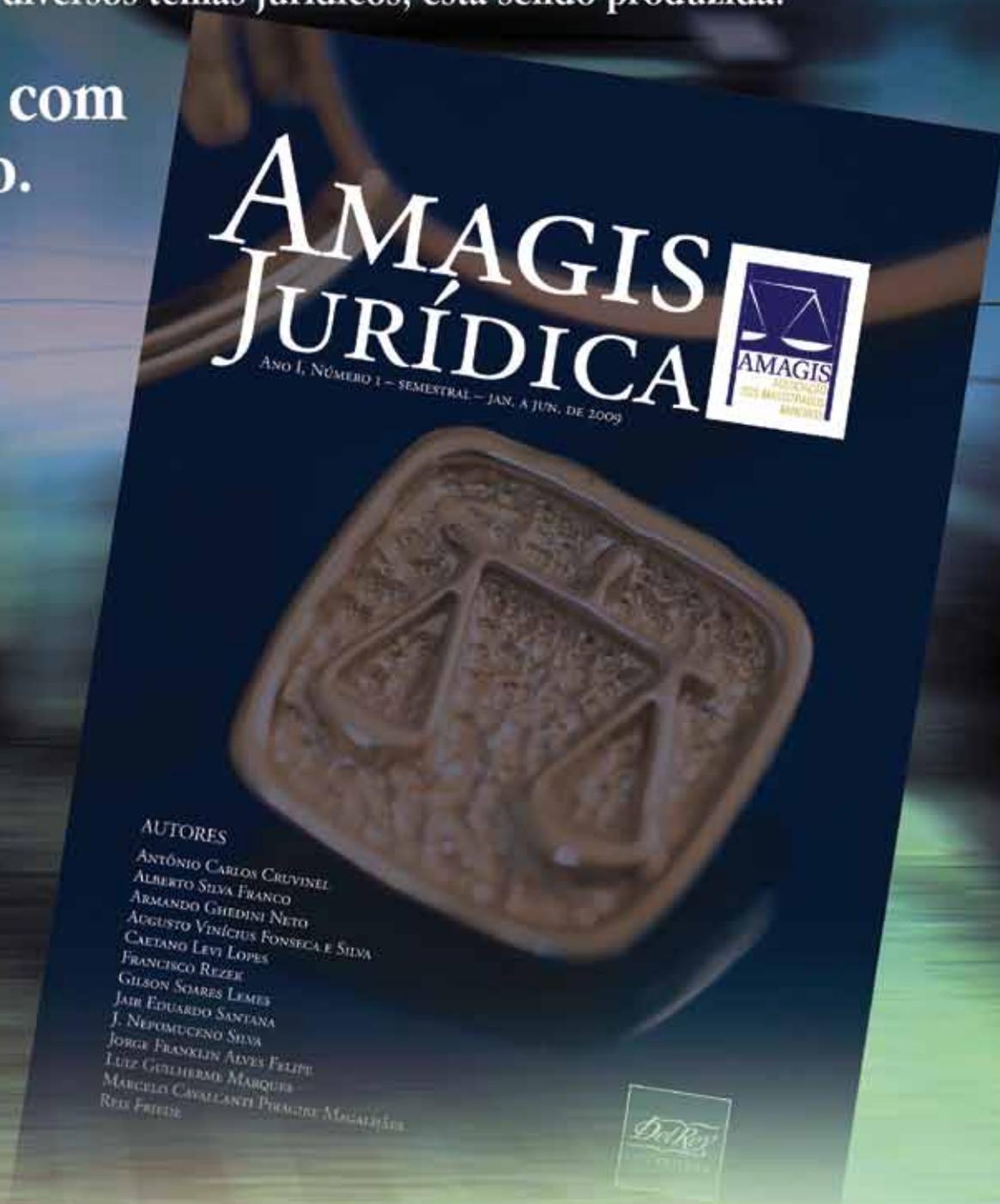
TRÂMITE DO PROJETO

- **7 DE JANEIRO** >> Primeiro dia de trabalho após o recesso forense, o presidente da Amagis reuniu-se com o presidente do TJMG, Joaquim Herculano, para solicitar o envio dos projetos dos subsídios à Assembleia.
- **9 DE JANEIRO** >> A diretoria da Amagis apresentou proposta de projeto de lei, que, no dia 23 do mesmo mês, foi aprovado e enviado à Assembleia pela Corte do TJMG.
- **14 DE FEVEREIRO** >> Às vésperas do reinício do ano parlamentar, o presidente da Assembleia Legislativa, deputado Dinis Pinheiro, visitou a sede da Amagis, para homenagear a nova diretoria.
- **15 DE MARÇO** >> A diretoria da Amagis reuniu-se com o deputado Dinis Pinheiro na Assembleia. Em ambos os encontros, foram discutidos temas de interesse da magistratura, em especial a célere tramitação do projeto que tratava dos subsídios da classe.
- **3 DE ABRIL** >> Assembleia Legislativa aprova por unanimidade o texto.
- **12 DE ABRIL** >> Governador Antonio Anastasia sanciona o projeto e publica no Diário Oficial do Estado.
- **MAIO** >> O pagamento retroativo dos subsídios é feito aos magistrados.

Compartilhe seus conhecimentos jurídicos

A Revista Amagis Jurídica, que reúne textos dos magistrados mineiros sobre diversos temas jurídicos, está sendo produzida.

Colabore com
seu artigo.



Para participar, os interessados devem enviar o texto na fonte Arial, corpo 12, espaço entre linhas de 1,5, no máximo 30 mil caracteres ou 20 laudas, incluindo capa, folha de rosto e bibliografia para o e-mail

imprensa@amagis.com.br

GESTÃO ITINERANTE

Diretoria amplia participação com a interiorização

Tiago Parrela



Diretoria reunida com magistrados de Divinópolis e região

Com o objetivo de conhecer os anseios e necessidades dos magistrados do interior e da capital, o presidente da Amagis, Herbert Carneiro, reuniu-se, nos dias 19 e 25 de abril, com os magistrados de várias comarcas. Na pauta, a permanente preocupação da Amagis com as condições de trabalho e de segurança dos fóruns.

No dia 19 de abril, durante o curso para os coordenadores dos

Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania, em Belo Horizonte, reuniu-se com os magistrados das Comarcas de Uberlândia, Uberaba, Divinópolis, Governador Valadares e Itaúna.

No dia 25 de abril, Herbert Carneiro foi até a Comarca de Divinópolis (Centro-Oeste mineiro). Além das condições de segurança e de trabalho, a diretoria ainda ouviu as propos-

tas dos magistrados referentes à reforma da Lei de Organização e Divisão Judiciárias (LODJ) e da Lei Orgânica da Magistratura (Loman). Além do presidente da Amagis, participaram as diretoras e juízas Luzia Peixoto, vice-presidente Administrativo da Amagis, Aldina Soares e Rosimere Couto, de Comunicação, e o juiz Luiz Carlos Rezende, vice-presidente Financeiro da Amagis. ●



Herbert Carneiro com juízes de várias comarcas em BH

CONSTITUIÇÃO

Amagis faz alerta contra PEC 33

Em nota divulgada no dia 29 de abril, o presidente da Amagis, Herbert Carneiro, manifestou a perplexidade e estranheza da Associação às recentes iniciativas legislativas tomadas sob o efeito de reações pontuais e de mandatos igualmente provisórios ante valores permanentes da cidadania e do estado democrático de direito, representados pela Carta Magna.

No texto, a Associação alerta a toda a sociedade que a continuidade da PEC 33,

inspirada seja por quaisquer motivações, caminha no sentido de enfraquecer o Judiciário e diminuir conquistas, colocando em risco até mesmo a democracia em nosso país. ●



UBERLÂNDIA

Juízes recebem boas-vindas

Mercilely S. Júnior



Recepção calorosa em Uberlândia

Os juízes que passaram a atuar na Comarca de Uberlândia, no Triângulo Mineiro, foram recepcionados pela diretoria da Seccional da Amagis, no dia 18 de abril, para um café de boas-vindas.

O encontro contou com a participação do diretor da Seccional, juiz Walner Barbosa Milward de Azevedo, e demais colegas, que destacou a confraternização e inte-

gração, que fazem parte das ações de interiorização da nova diretoria da Amagis, priorizando o diálogo e a aproximação entre os juízes do interior e da Capital.

Os juízes recepcionados foram: Alessandra Leão Parente, Alaor de Melo Júnior, Kênia Suzete Baia Ferreira, Lourenço Migliorini Fonseca, José Roberto Poiani, Marcos Bartolomeu Oliveira e Ivana Fidelis Silveira. ●

Adriano Boaventura



ENTREVISTA >> JUIZ JOEMÍLSON DONIZETTI LOPES

Um país em construção após quase quatro séculos de colonização portuguesa e 30 anos de invasão indonésia. Foi esta a realidade que o juiz Joemílson Donizetti Lopes vivenciou durante seis meses, no Timor-Leste, no Sudeste Asiático, onde cooperou com o Judiciário timorense, assessorando o presidente do Tribunal de Recurso, Cláudio de Jesus Ximenes.

Responsável pelo planejamento e implantação de programas que visam à consolidação dos Tribunais, Lopes percebeu com o passar dos dias que os desafios do Judiciário timorense vão além das questões administrativas, e passa pela superação de fatores como os diferentes idiomas e divisão social, na qual os líderes dos sucos (menor divisão administrativa do país) chegam a interferir no trabalho da Justiça.

Qual realidade o senhor encontrou no Timor-leste?

Os 30 anos de invasão da Indonésia deixaram uma herança de destruição no Timor. Neste período, aproximadamente um terço da população foi dizimada. Isso significa que praticamente toda família tem uma perda a ser considerada, o que gera uma sensação de pesar no dia a dia e na vida do timorense.

Por que fatores culturais são um desafio para a Justiça timorense?

O Timor tem cerca de trinta idiomas, entre eles o tétum, compreendido pela maior parte da população, mas que possui diversas variações locais. Há ainda uma presença muito grande do português e do bahasa indonésio, por razões históricas, e do Inglês, pela proximidade e influência econômica da Austrália. A divisão administrativa do país em distritos, subdistritos, sucos e aldeia é outro aspecto importante para a estruturação do Poder Judiciário do Timor-Leste. Nos sucos, a in-

fluência das lideranças locais pode interferir nos julgamentos.

Como os vários idiomas interferem na atuação do Judiciário?

Congregar todos esses idiomas e dialetos é um dos grandes desafios da Justiça timorense. Acontecem situações de um cidadão de uma aldeia chegar à capital Díli e não conseguir se comunicar com os próprios timorenses. Transpondo essa realidade para os tribunais, torna-se necessária a presença de um tradutor e um interprete para todas as audiências, pois se acontecer alguma distorção na tradução o resultado pode ser prejudicial para uma das partes. Para estas situações, o Timor tem contado muito com o apoio internacional.

E a influência dos chefes dos sucos?

Culturalmente, os chefes dos sucos são lideranças comunitárias. E um dos papéis que desempenham nestas comunidades é conciliar os conflitos entre as famílias, inclusive em questões criminais. Geralmente o

chefe do suco interfere nesses conflitos, e casos de natureza criminal acabam sendo resolvidos por meio de acordos financeiros. Sob a influência dessas lideranças, é comum testemunhas não comparecerem aos julgamentos ou até mesmo não relatarem nada do que foi dito nas fases pré-processuais. Por se tratar de uma questão cultural acho que essa questão se resolve com uma melhor preparação do magistrado timorense, a instalação de conselhos tutelares a exemplo do Brasil, e com o tempo.

De que forma o senhor pôde cooperar com o Judiciário do Timor-Leste?

Nos meus primeiros contatos com o presidente do Tribunal, Cláudio Ximenes, fui destacado para colaborar com as questões administrativas. E logo ficou claro que as escolas judiciais dos outros países cooperadores, Portugal e Cabo Verde, não têm o foco na formação do magistrado para a gestão. E a capacidade administrativa é importante para o pla-

nejamento e implantação de programas a fim de melhorar os serviços e a capacidade de resposta do Poder Judiciário aos cidadãos. Neste aspecto, pude contribuir com um novo desenho para os tribunais, compondo o organograma antigo com os serviços de apoio.

Quais os principais desafios para a aprovação deste novo organograma?

Fiz organograma com a inclusão dos serviços de apoio, um plano de ação para 2013, e deixei os editais prontos. O maior desafio foi resolver a questão financeira, pois o orçamento era insuficiente para atender as novas necessidades. Inicialmente, o presidente do Tribunal que não seria possível alterar o orçamento, mas como estava tudo justificado ele viu que se a defesa fosse bem fundamentada seria possível ampliar os recursos. Com o apoio de um tradutor participei de todas as discussões no parlamento e foi possível triplicar o orçamento para implantar o novo organograma. ●

“

Praticamente toda família tem uma perda a ser considerada, o que gera uma sensação de pesar no dia a dia e na vida do timorense

Nos sucos, a influência das lideranças locais pode interferir nos julgamentos

Congregar todos esses idiomas e dialetos (mais de 30) é um dos grandes desafios da Justiça timorense

Pude contribuir desenvolvendo um novo desenho para os tribunais, compondo o organograma antigo com os serviços de apoio

”

INTEGRAMAGIS ITINERANTE

MagisCultura chega à 9ª edição e homenageia Adélia Prado

A Revista MagisCultura chega a sua nona edição, consolidando-se no cenário literário brasileiro. O lançamento da Revista ocorreu, no dia 25 de abril, em Divinópolis, no Centro-Oeste mineiro, durante o segundo Integramagis da atual gestão. Para este número, a escritora e poeta Adélia Prado foi homenageada, por sua alma mineira e essência poética, além de ter um texto de sua autoria reproduzido na revista.

O presidente da Amagis, Herbert Carneiro, disse que o lançamento da nona edição da Magiscultura é um orgulho para todos os magistrados, comprovando que é possível conciliar o trabalho árduo de magistrado com a leveza da literatura e da poesia. “Assumimos o compromisso de que, na nossa gestão, a revista continuará a ser prestigiada como sempre foi”, disse.

Para o diretor da revista, juiz Renato César Jardim, a MagisCultura é uma prova de que os magistrados mineiros se preocupam com cultura e que, por meio dela, os magistrados que compreendem melhor a vida e a realidade. “Certamente viverão e decidirão melhor”, avaliou ele.

E o editor da revista, jornalista Manoel Guimarães, exaltou a importância da participação de todos os juízes e desembargadores para a continuidade e identidade da publicação.

Com ocorre a cada novo número, a capa desta edição traz uma homenagem ao trem

Fotos Tiago Parrela



Diretoria da Amagis e autores no lançamento da revista



Descontração do Integramagis deu mais brilho ao evento

de ferro, que durante décadas percorreu os caminhos de Minas, transportando alegrias e tristezas de sua gente, muito mais que a produção agrícola do sertão ou o rico minério do subsolo. Atualmente, a “Maria Fumaça” resiste como atração turística em alguns recantos de Minas, junto com a esperança de que a ferrovia volte a figurar na preocupação dos

agentes públicos e privados como alternativa eficaz de transporte de massa.

INTEGRAMAGIS

Na ocasião do lançamento da revista, foi realizado o primeiro Integramagis no interior da atual diretoria da Associação, que vem intensificando sua atuação pela integração e interiorização, a fim de estreitar, cada vez

mais, o diálogo com todos os magistrados do Estado.

O presidente Herbert Carneiro afirmou que a realização do Integramagis, em Divinópolis, reafirma a disposição da atual gestão de levar essa e outras ações da Amagis para outras cidades e comarcas e destacou que o Integramagis é um dos programas de maior êxito da Associação. ●

AUTORES DA 9ª EDIÇÃO



- José Anacleto Ferreira
- Rogério Medeiros Garcia de Lima
- Aluísio Alberto da Cruz Quintão
- João Quintino Silva
- Paulo Rubens Salomão Caputo
- Llewellyn Davies Medina
- Gutemberg da Mota e Silva
- Matheus Chaves Jardim
- Marcos Henrique Caldeira Brant
- José Fernandes Filho
- Juscelino Magalhães
- Manoel Guimarães
- Adélia Prado

TRANQUILIDADE

Investimento hoje para a tranquilidade de amanhã

Planeje sua vida:
faça JUSPREV.

O que é a Jusprev?

JUSPREV é uma previdência associativa, sem fins lucrativos, criada por 48 associações de carreiras jurídicas que, juntas, contam hoje com quase 100 mil associados. Oferece aos seus associados plano de benefícios previdenciários (renda de aposentadoria por tempo de contribuição, idade, invalidez, morte e renda educacional) mais vantajosos que os oferecidos no mercado por bancos e seguradoras.

Vantagens

- a) menor custo;
- b) maior transparência na gestão;
- c) saldos mais altos ao fim do período de contribuição;
- d) critérios mais favoráveis na concessão do benefício aos participantes;
- e) controle rigoroso da gestão dos investimentos;
- f) dedutível do cálculo do imposto de renda até 12% da renda bruta anual;
- g) os familiares do magistrado também podem aderir a Jusprev;
- h) é possível a portabilidade, admitindo a transferência de investimentos que foram contratados junto a outros bancos.

Participe!

Entre em contato
pelos telefones
31 3079-3496 e
31 3079-3497

Ou saiba mais
pelo site
www.jusprev.com.br

REVITALIZAÇÃO

Amagis investe em atividades esportivas

Georgia Baçvaroff



Happy hour foi realizado dia 11 de abril no Parque Esportivo

A diretoria da Amagis está desenvolvendo uma série de ações com o intuito de incrementar as atividades esportivas, culturais e de lazer aos magistrados mineiros e

seus familiares, na capital e no interior do Estado. No dia 11 de abril, os juízes reuniram-se no Parque Esportivo da Associação, durante o happy hour, que é uma

oportunidade de integração e lazer da classe.

Para este mês de maio, os associados terão de participar de uma série de atividades. Dia 8 acontece, no Parque Esportivo,

a primeira aula de xadrez. A turma que vai participar desta aula inaugural está completa, mas os associados interessados podem se inscrever para as próximas. O curso será

totalmente gratuito para os associados e também para a Associação.

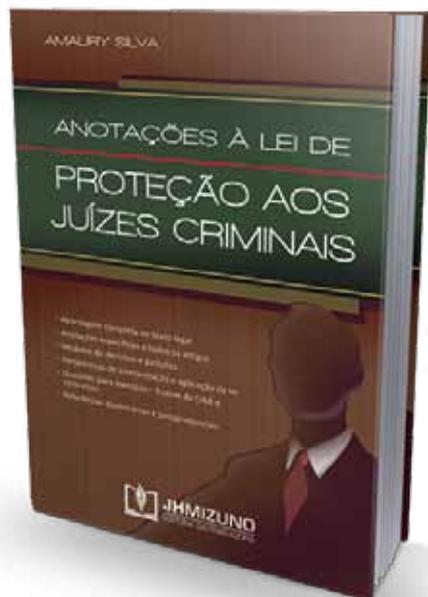
No dia 15 de maio, acontece a 2ª aula de tênis experimental, também no Parque Esportivo, de 8h às 12h. Dia 23, será realizado o happy hour. No dia 28 de maio, os interessados terão uma aula demonstrativa de dança, da academia Ponto da Dança. A aula será realizada às 19h30, no salão de festas da Amagis. A ideia é, posteriormente, formar turmas, onde será cobrado dos associados o valor para pagamento dos professores.

Os interessados em participar dos eventos devem se inscrever pelo telefone (31)3079-3451, com Ana Carolina.

Para o presidente da Amagis, desembargador Herbert Carneiro, atividades como estas que integram a classe colocam a Associação no seu berço natural de casa da magistratura. ●

LANÇAMENTO

Livro aborda Lei de Proteção aos Juízes Criminais



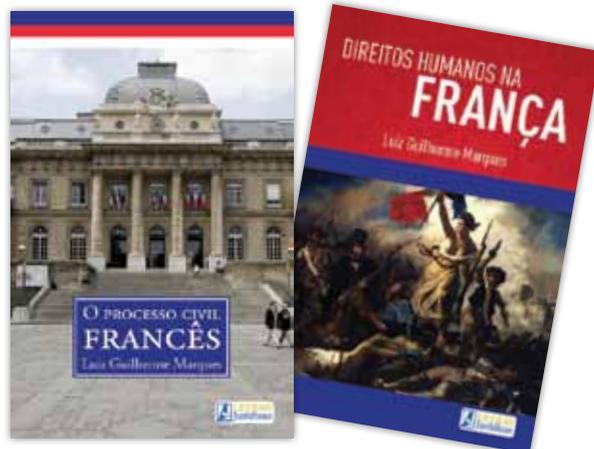
O juiz Amaury Silva, da Comarca de Governador Valadares, publicou o livro "Anotações à Lei de Proteção aos Juízes Criminais – Lei 12.694/2012 – 'Lei do juiz sem rosto'", no qual analisa a importância dessa lei para a segurança da magistratura nacional quanto à sua atividade funcional.

O livro foi editado pela JHMizuno e traz uma abordagem completa do texto legal; anotações específicas a todos os artigos; modelos de decisões e petições; perspectivas de interpretação e aplicação da lei; e ainda questões para exercícios (exame da OAB e cursos), e referências doutrinárias e jurisprudenciais. ●

ção da lei; e ainda questões para exercícios (exame da OAB e cursos), e referências doutrinárias e jurisprudenciais. ●

INTERNACIONAL

Juiz publica livros sobre Direito Francês



O juiz Luiz Guilherme Marques, da 2ª Vara Cível de Juiz de Fora, lançou, no dia 25 de abril, no Consulado-Geral da França, no Rio de Janeiro, os livros "Direitos Humanos na França", prefaciado pelo desembargador aposentado Reynaldo Ximenes Carneiro, e "O Processo Civil francês", com prefácio do juiz Marcelo Piragibe, da mesma Comarca. Os livros foram publicados pela Editora Letras Jurídicas.

Autor de livros como "A emancipação da Mulher na História", "Carência afetiva e o Direito", "Reflexões para a Família – Temas Atuais", "Aprendendo a viver com a filosofia", o juiz Luiz Guilherme Marques é membro do conselho da revista Amagis Jurídica. ●

HUMANIZAÇÃO NOS PRESÍDIOS

CNPCP debate sistema prisional do País na Amagis

Georgia Bacvaroff



Herbert Carneiro preside reunião do Conselho em BH

O sistema carcerário de Minas Gerais e do país foi discutido pelo Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCP), órgão vinculado ao Ministério da Justiça, em reunião realizada na sede da Amagis, em Belo Horizonte, nos dias 29 e 30 de abril. O encontro foi conduzido pelo presidente do Conselho que é também o presidente da Amagis, Herbert Carneiro.

Os conselheiros fizeram uma inspeção em presídios e penitenciárias de Belo Horizonte e Região Metropolitana e concluíram que a superlotação carcerária, especialmente no Ceresp de Betim, é o principal problema encontrado nos estabelecimentos prisionais. E destacaram a Penitenciária Feminina Estevão Pinto, em Belo Horizonte, que tem uma realidade diferente e

pode ser considerada modelo, e que a situação do sistema prisional em Minas não está entre as piores do País, mas precisa melhorar em alguns aspectos

O relatório com detalhes da inspeção foi entregue para o secretário de Defesa Social, Rômulo Ferraz, e para o subsecretário de administração prisional do Estado, Murilo Andrade de Oliveira, no dia 30, na sede da Amagis.

REUNIÃO

Durante os dois dias de debates, foram discutidos ainda os sistemas prisionais de outros estados. Antes, os conselheiros apresentaram suas comunicações e proposições ao presidente Herbert Carneiro. A posição do CNPCP sobre assuntos como a maioria penal e a PEC 33 também foram temas do encon-

tro em Belo Horizonte. Defensor permanente do aperfeiçoamento e humanização do sistema penitenciário Brasileiro, Herbert Carneiro reuniu-se, em março, com o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, em Brasília, quando solicitou o apoio do Ministério na criação de centrais, núcleos e varas de execução de penas e medidas alternativas e capacitação de equipes técnicas.

CORREGEDOR

Ainda em Belo Horizonte, no dia 29, o promotor de Justiça Joaquim José Miranda Júnior, de Minas Gerais, tomou posse no cargo de corregedor-geral do Departamento Penitenciário Nacional (Depen), durante a solenidade foi realizada na sede da Amagis. Joaquim José Miranda é o primeiro corregedor-geral do Depen. •

ALFERES TIRADENTES

Homenagem do Clube dos Oficiais

Georgia Bacvaroff



Armando Freire e Herbert Carneiro

O presidente da Amagis, desembargador Herbert Carneiro, e o desembargador Armando Freire, do TJMG, foram homenageados, no dia 29 de abril, com a entrega do Troféu Alferes Tiradentes, concedido pelo Clube dos Oficiais da PMMG, em razão de seu 65º aniversário, em solenidade realizada no Clube dos Oficiais, em Belo Horizonte.

Orador oficial da cerimônia, Herbert Car-

neiro falou sobre a importância do patrono da honraria, Tiradentes, destacando que o mártir mantém viva as tradições militares e o culto cívico dos heróis. Disse ainda que o Judiciário e a Polícia Militar têm papéis distintos, em que ambos convergem e buscam sempre a paz social e a defesa e garantia dos direitos do cidadão (Leia a íntegra do discurso no site da Amagis). •

APOSENTADORIA

Antônio de Pádua é homenageado

Marcos Xavier / TJMG



Antônio Pádua em sua última sessão

O desembargador Antônio de Pádua recebeu, no dia 2 de maio, uma série de homenagens no TJMG em razão de sua aposentadoria. Durante sua última sessão, na 14ª Câmara Cível, os desembargadores Valdez Leite Machado, presidente da Câmara, e Rogério Medeiros, destacaram as qualidades do magistrado, segundo eles, um exemplo de magistrado.

Durante sessão na 2ª Câmara Criminal, o desembargador Nelson Missias, fez uso da palavra e, na impossibilidade de comparecer à despedida do colega, rendeu homenagens, destacando Antônio de Pádua como uma pessoa serena, equilibrada e respeitosa, possuidor de um valioso legado de virtudes e comprometido com a judicatura. •

LINHA DIRETA

Amagis cria novo canal de comunicação com magistrados



Página da Amagis no Facebook recebe centenas de acessos durante o dia

Aproximar cada vez mais os magistrados mineiros (da capital e do interior, aposentados e da ativa e pensionistas) da Amagis. Com esse objetivo, a diretoria da Associação tem implementado, desde sua posse, em janeiro deste ano, um novo plano de comunicação, que inaugura mais um canal de diálogo imediato com os magistrados.

Por meio do endereço eletrônico linha-direta@amagis.com.br

(de uso exclusivo dos magistrados e pensionistas), os associados poderão enviar informações sobre projetos desenvolvidos em suas comarcas, boas práticas, acontecimentos relevantes para o Judiciário e para os magistrados, homenagens recebidas e, é claro, sugestões. Sempre no intuito de dinamizar cada vez mais a comunicação com os associados e divulgar as ações desenvolvidas pelos magistrados mineiros.

Essa é mais uma iniciativa da nova diretoria da Amagis, sempre se pautando pela realização de uma gestão democrática, em que o diálogo com os associados seja aberto e franco. A Assessoria de Comunicação da Amagis já recebeu mensagens de magistrados, sobre trabalhos desenvolvidos em suas comarcas, que se transformaram em matérias, como a do caso de conciliação desenvolvido pelo juiz Flá-

vio Schmidt, na Comarca de Muzambinho, no Sul de Minas, que está publicada nesta edição do DECISÃO.

ENTREVISTAS

Além desse novo canal de comunicação, a Amagis inaugurou, em abril, um novo espaço em seu site (amagis.com.br), para a publicação de entrevistas curtas e objetivas rápidas com magistrados, que são publicadas semanalmente.

FACEBOOK, TWITTER E YOUTUBE

Além do site, a Amagis também está presente nas redes sociais como Facebook, Twitter e Youtube. Acompanhando esses canais, o associado fica sabendo das principais notícias do Judiciário brasileiro e da magistratura mineira, além das ações da Amagis em defesa da valorização e das prerrogativas da classe. ●

Francesca Romana Diana

DIA DAS MÃES

Shopping Diamond Mall | 2º piso
Belo Horizonte - MG | (31) 3330-8777

WWW.FRANDESCAROMANADIANA.COM



Não escreva apenas nos autos.

Os magistrados mineiros agora também
têm a sua revista de cultura e arte.

Só está faltando o seu texto.

comunicativo.com.br

MagisCultura

Mineira



Revista de cultura e arte dos magistrados mineiros

Setembro de 2009



Escreva também na sua revista.

O artigo, ensaio, conto,
poesia ou resenha de livro deve ter,
no máximo, 10 mil caracteres.

MagisCultura
Mineira

AMAGIS
ASSOCIAÇÃO
DOS MAGISTRADOS
MINEIROS
55 anos de história

Envie o texto para:
magiscultura@amagis.com.br

PACIFICAÇÃO SOCIAL

Conciliação em Muzambinho supera caso complexo

Uma tragédia que se abateu sobre uma família, cuja dor não pode ser expressa em palavras ou números, e um processo judicial que poderia ter levado anos para ter uma solução final. Diante dessa realidade, a Justiça da Comarca de Muzambinho, no Sul de Minas, decidiu agir de forma diferente e investir em um expediente que vem sendo cada vez mais valorizado: a conciliação.

No início de 2012, houve um curto-circuito em um cabo de alta tensão da rede elétrica

da cidade de Muzambinho e atingiu toda uma família, levando a mãe à morte, à amputação das duas pernas do pai, à queimadura de 50% do corpo da filha mais velha e a queimaduras mais leves na filha mais nova.

Após o tempo necessário para os tratamentos médicos dos sobreviventes, a família procurou a Justiça para pleitear a reparação dos danos sofridos. O juiz Flávio Schmidt, titular da Comarca, orientou a família a obter auxílio advocatício,

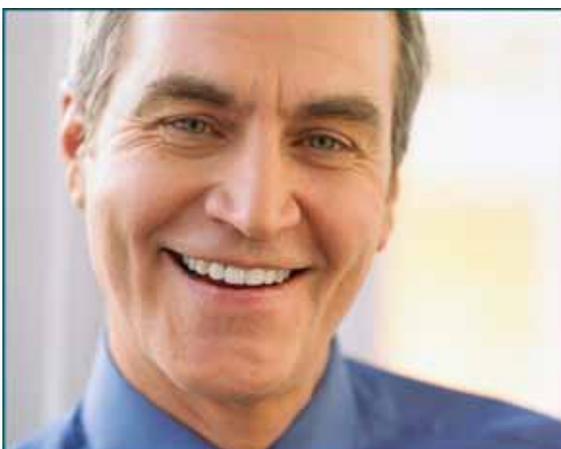
o que fizeram, e sugeriu que o melhor caminho seria o do acordo. “Desde o princípio, sem vinculação de prejulgamento, deixei claro que o melhor caminho a ser trilhado nessa questão seria um acordo extrajudicial com homologação judicial”, afirmou Schmidt.

De acordo com o magistrado, a família acatou a sugestão e iniciaram-se as tratativas entre a empresa responsável e os advogados, mediadas pela Justiça e com apoio do Ministério Público. Após intensa

negociação e várias reuniões com a condução do juiz Flávio Schmidt, as partes chegaram a um acordo extrajudicial, que foi homologado no dia 9 de abril, com indenização para as vítimas. De acordo com o magistrado, essa foi uma enorme vitória não só para a Justiça mineira por ter atendido, com rapidez, aos anseios das vítimas dessa tragédia, cumprindo, com eficiência e celeridade, aquilo que a sociedade cobra e espera do Judiciário.

“A conciliação é, sem dúvida alguma,

o meio mais justo de resolver os conflitos sociais. Através dela, é possível chegarmos aos índices dos países desenvolvidos (em 70% dos casos, há conciliação), além de resolver em parte os problemas da morosidade, da carestia e das dificuldades da Justiça, para atender melhor aos anseios da sociedade brasileira. Enfim, a conciliação possibilita que o Judiciário desempenhe com mais ênfase o seu papel de pacificador social”, afirmou Flávio Schmidt. ●



Associe-se a uma instituição financeira que é a sua cara.

O Sicoob JUSMP tem produtos e serviços financeiros com qualidade e segurança. Os mesmos que os bancos oferecem, mas com as vantagens que só uma cooperativa de crédito tem.

Conheça algumas vantagens de fazer sua portabilidade para o Sicoob JUSMP:

- ✔ Taxas menores para diversas linhas de crédito e produtos;
- ✔ Atendimento personalizado;
- ✔ Acesso a mais e 1.900 pontos de atendimento em todo Brasil, além das redes Banco 24Horas e Cirrus.
- ✔ Aqui você também é dono da cooperativa, participa dos resultados obtidos, tem direito a voto nas decisões e contribui para o crescimento da comunidade.

Faça já sua portabilidade

Você pode transferir, sem nenhum custo, seus vencimentos para o Sicoob JUSMP.

Procure um de nossos gerentes.

SICOOB JUS-MP
Cooperativa de Crédito

www.sicoobjusmp.com.br

Tel: (31) 3048.5574

PA TJ RAJA Tel: (31) 3296.6974 Av. Raja Gabaglia, 1.753 - 1ª Torre - 9º andar - Luxemburgo

Tiago Parrela



ENTREVISTA >> JUIZ RONALDO CLARET

Georgia Baçvaroff

Há 21 anos na magistratura, o juiz Ronaldo Claret atua hoje na 5ª Vara de Feitos da Fazenda Pública Municipal de Belo Horizonte. Antes, foi juiz nas Comarcas de Açucena, Peçanha, São João Evangelista, Alfenas e Ipatinga.

Em 2012, foi aprovado em um concurso para assumir um cartório extrajudicial. Chegou a escolher o local, que seria Nova Lima, mas preferiu permanecer na magistratura, pois afirma que está na magistratura por vocação e quer concluir o ciclo da carreira. “Quando você faz uma atividade que gosta, você faz com prazer e eu gosto da magistratura. Trabalhar, para mim, é uma atividade prazerosa”, disse. Em entrevista ao jornal DECISÃO, Ronaldo Claret falou sobre o amor à magistratura e os prós e contras da carreira.

O concurso que o senhor prestou para o cartório extrajudicial foi muito concorrido, teve cerca de sete mil candidatos. O que o fez optar pela permanência na magistratura?

Cogitei fazer o concurso para o cartório como alternativa de atividade na aposentadoria. Passei, mas, na hora de assumir, senti que não era aquilo que eu queria, pois eu tinha que completar meu projeto como juiz, que é chegar ao Tribunal. Senti que, na verdade, estou na magistratura por vocação e não seria o dinheiro que iria me tirar da carreira antes da conclusão do ciclo.

Pela questão financeira, seria uma opção melhor?

Financeiramente, seria uma alternativa muito boa, porque eu teria a possibilidade de manter a renda de magistrado, como aposentado, e ainda ter uma renda extra. Mas, quando você

exerce uma atividade que gosta, você faz com prazer. E eu gosto da magistratura. Trabalhar, pra mim, é uma atividade prazerosa.

E por qual motivo o senhor escolheu a magistratura?

Quando advogava, em Coronel Fabriciano, convivi muito no ambiente do Direito. Tive contato com bons juízes e bons promotores e, a partir daí, com incentivo dos bons profissionais com os quais convivia, veio a vontade de entrar para a magistratura.

Quais as vantagens e desvantagens da magistratura?

A magistratura é uma atividade que exige raciocínio e bom conhecimento técnico. Além disso, é uma atividade que tem muito respeito e consideração pela sociedade de uma maneira geral. Essas seriam qualidades. Um defeito é a sobrecarga que impossibilita o juiz

de dar a solução a toda a demanda do Judiciário. E isso me entristece muito, porque a Justiça tardia é uma verdadeira injustiça.

Quais as principais mudanças que o senhor percebe na magistratura hoje, se comparar com a época que o senhor ingressou, há 21 anos?

Hoje, percebo que o volume de trabalho é bem maior. Além disso, os magistrados são muito mais cobrados pela sociedade e demais áreas. O CNJ, por exemplo, nos cobra resultados a todo o tempo. Há maior exposição, principalmente dos juízes que atuam na área criminal. Houve alguma melhoria nas condições de trabalho sob o aspecto material, se comparar com a época em que entrei, mas, na verdade, essa melhoria não compensou a sobrecarga que houve no mesmo período.

A exposição dos juízes aliada à falta de segurança nos fóruns mineiros é um grande problema atual na magistratura. A que o senhor atribuiria esse cenário?

O cidadão está menos respeitoso do que era antes, e isso reflete na relação dele com as autoridades, perdem o respeito. Antes, as pessoas respeitavam mais.

Qual conselho o senhor daria para os 96 novos juízes que entraram para a magistratura mineira neste ano?

Falaria, primeiramente, para eles agirem como juízes, que são, e não como delegados de polícia, guarda de trânsito, diretor de escola, ou como outras profissões e carreiras, mas como juízes. Falaria ainda para que eles esperem que os problemas venham até eles, em vez de ir atrás de problemas. Se agirem dessa forma, vão facilitar a atividade jurisdicional em qualquer lugar em que forem atuar. ●

“

Estou na magistratura por vocação e não seria o dinheiro que iria me tirar da carreira antes da conclusão do ciclo

Quando você exerce uma atividade que gosta, você faz com prazer. E eu gosto da magistratura

A magistratura é uma atividade que exige raciocínio e bom conhecimento técnico

O cidadão está menos respeitoso do que era antes, e isso reflete na relação dele com as autoridades

”

FORMAÇÃO

Judiciário mineiro ganha 96 novos juizes

Marcelo Albert / TJMG



Magistrados tomam posse no 1º Tribunal do Júri do Fórum Lafayette, em BH

Os 96 juizes que terminaram o curso de formação da Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes (Ejef)

já estão trabalhando em suas comarcas. Os novos magistrados tomaram posse no dia 5 de abril, durante cerimônia rea-

lizada no 1º Tribunal do Júri do Fórum Lafayette, em Belo Horizonte.

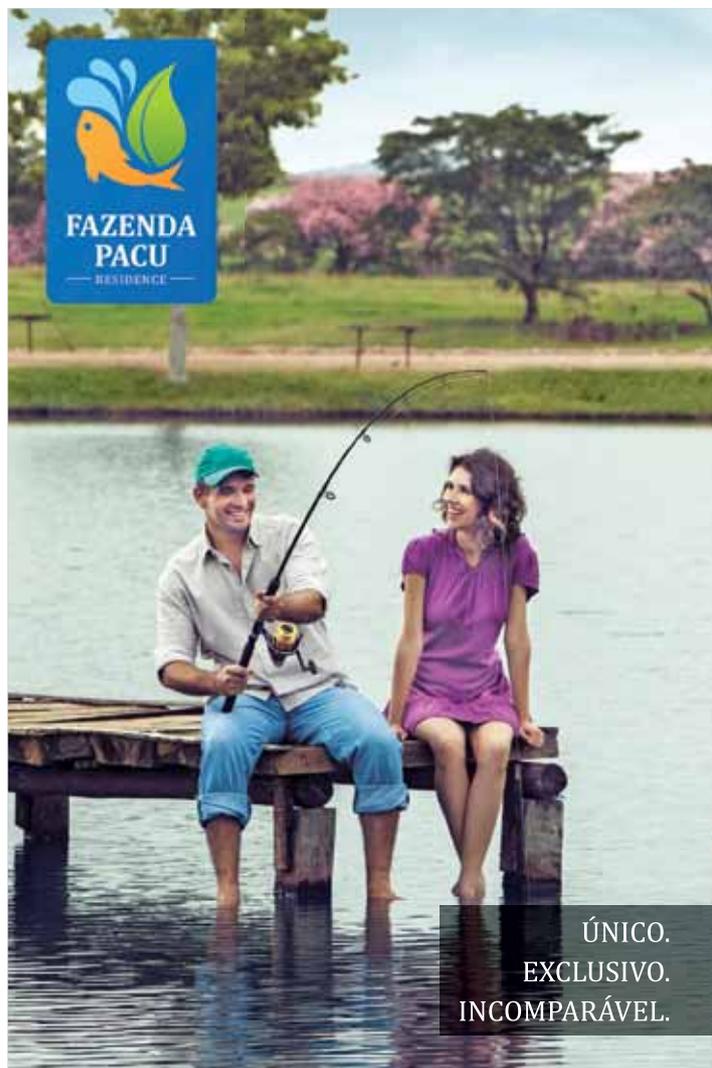
A juíza Beatriz Auxiliadora Machado, que,

durante a posse falou em nome dos colegas, destacou a importância da Justiça para a manutenção da paz social,

está atuando na Comarca de Ouro Branco, região Central do Estado.

Segundo a magistrada, entre outras questões, o curso da Ejef foi importante para propiciar o conhecimento das políticas institucionais, dos recursos disponíveis para o atendimento das prioridades legais, das metas nacionais de desenvolvimento judiciário traçadas pelo CNJ, além de preparar o magistrado para sua adaptação na comarca, com o ensino do conhecimento de gestão processual e administrativo.

Durante a formação na Ejef, os novos juizes foram recepcionados pela diretoria da Amagis na sede da Associação, para conhecerem melhor a luta associativa em âmbito nacional e estadual, em defesa dos interesses da classe. ●



ÚNICO.
EXCLUSIVO.
INCOMPARÁVEL.

ANTECIPE-SE AO LANÇAMENTO. FAÇA SUA RESERVA E GARANTA CONDIÇÕES ESPECIAIS!

Jbis



Um lugar para quem busca a tranquilidade da vida no campo e a harmonia de viver em contato com a natureza.

- 446 lotes a partir de 1.000 m²
- Lagos para pesca e esportes náuticos
- Espaço Hípico
- Minifazenda
- Lazer completo
- Espaço Gourmet
- Serviço de internet via rádio
- Loja de conveniência
- Portaria 24 horas
- Ronda motorizada
- Internet via rádio
- Heliponto outorgado pela Anac



A 80 KM DE BH E 20 MINUTOS DO CENTRO DE SETE LAGOAS.

LIGUE (31) 0800 038 1113
ACESSE WWW.MORADAIMOVEISMG.COM.BR



ENCONTRO

Presidente do TSE destaca papel das corregedorias

Marcelo Albert / TJMG



Ministra Cármen Lúcia e o Corregedor-Geral Audebert Delage

INCONFIDENCIA MINEIRA

Magistrados são agraciados

Georgia Bacvaroff



Solenidade foi realizada na Praça Tiradentes, em Ouro Preto

O Governo de Minas fez a entrega da Medalha da Inconfidência no dia 21 de abril, na cidade de Ouro Preto. Quinze magistrados estavam entre os homenageados com a comenda que é concedida anualmente pelo Governo a entidades e personalidades que contribuíram ou contribuíram para o engrandecimento de Minas Gerais e do Brasil.

Indicado pelo governador Antônio Anastasia, o presidente da Amagis, desembargador Herbert Carneiro, recebeu a medalha durante a solenidade, que homenageou ainda o presidente do STF, ministro Joaquim Barbosa, que foi o orador oficial; a ministra do STF, Rosa Maria Weber; os ministros do STJ, Sebastião Alves dos Reis Júnior e Laurita Hilária Vaz; o

presidente do TRE-MG, desembargador Antônio Carlos Cruvinel; os desembargadores Luís Carlos Gambogi, Cláudia Regina Guedes Maia, Antônio Álvares da Silva (do Trabalho), Belizário Antônio de Lacerda, Edilson Olímpio Fernandes, Geraldo Augusto de Almeida, Manuel Bravo Saramago e os juízes Daniele Viana da Silva e Lailson Braga Baeta Neves. ●

A presidente do TSE, Cármen Lúcia Antunes Rocha, proferiu palestra magna de encerramento do 62º Encontro do Colégio Permanente de Corregedores-Gerais dos Tribunais de Justiça do Brasil (Encoge), que foi realizado na cidade mineira de Ouro Preto, entre os dias 11 e 12 de abril.

Durante seu discurso, a ministra afirmou que o Poder Judiciário hoje passa por um momento de transformação, no qual as corregedorias dos tribunais têm papel fundamental. Para ela, a prevenção e a fiscalização, atribuições das corregedorias, consolidam a confiança que a sociedade tem no Judiciário.

Segundo Cármen Lúcia, o aumento do número de processos nos tribunais é resul-

tado de uma maior confiança no Judiciário, que está aprendendo a ter interlocução com a imprensa e com a sociedade. “O papel da Corregedoria é essencial, e a sociedade precisa ter a confiança nas instituições e na transparência delas”, completou a ministra.

O Encoge contou com a participação de representantes de 24 corregedorias de Tribunais de Justiça do país. Nos dois dias do encontro, foram discutidos diversos temas de interesse das corregedorias, como ética, relacionamento entre as entidades de classe dos magistrados, regularização fundiária urbana e Código de Normas dos Serviços Notariais e de Registro. ●

Com informação do TSE e do TJMG

HONORÁRIO

Juiz recebe título de cidadão de BH

Eduardo Profeta / CMBH



Marcos Padula (D) recebe o título

O juiz Marcos Flávio Lucas Padula, titular da Vara Cível da Infância e da Juventude de Belo Horizonte, recebeu o título de cidadão honorário da Capital, no dia 5 de abril, em solenidade realizada na Câmara Municipal, em Belo Horizonte.

Na ocasião, o ex-presidente da Amagis juiz Bruno Terra, que representou o presidente

Herbert Carneiro, disse que o título é o reconhecimento a um grande juiz, que, há quase 25 anos, dedica seu talento ao povo mineiro e dignifica o Poder Judiciário.

Presente na cerimônia, o juiz Arthur Bernardes ressaltou a importância do reconhecimento ao exercido por Marcos Padula e dos magistrados que atuam na Vara da Infância. ●

JUSTIÇA CIDADÃ

‘Bom na escola, bom no tênis’ dá resultados fora das quadras

Arquivo Pessoal



Crianças do projeto ao lado do juiz Rowilson Garcia, autor da iniciativa

Adriano Boaventura

Criado há oito anos, inicialmente, em Estrela do Sul, no Alto Paranaíba, pelo juiz Rowilson Gomes Garcia, que hoje atua na Comarca de Araguari, no Triângulo Mineiro, o projeto ‘Bom na escola, bom no tênis’ começou a dar os primeiros resultados fora das quadras.

Hoje com 20 anos, Matheus da Silva Vieira um dos primeiros alunos do projeto formou-se em educação física no ano passado, e dá aulas de tênis na Associação Atlética Banco

do Brasil de Monte Carmelo, e em Grupiara, onde foi implantado o ‘Programa Tênis nas Escolas’ em 2010, tendo como referência o projeto de Estrela do Sul.

“Com a ajuda do projeto as portas não pararam de se abrir, muita coisa mudou”, reconheceu Vieira, ao lembrar que conseguiu cursar a Faculdade de Educação Física na Universidade Presidente Antônio Carlos (Unipac), por meio do convênio do ‘Bom na escola, bom no tênis’, que oferece bolsas aos alunos do projeto.

Ao ver os primeiros resultados da iniciativa que começou em Estrela do Sul com apenas 15 alunos, e que atualmente atende aproximadamente a 300 crianças e adolescentes, o juiz Rowilson Gomes Garcia revela que ver o amadurecimento de cada jovem é para ele uma realização pessoal e profissional muito grande. “Para mim, essa é a causa mais importante que já atuei em toda minha carreira”, disse.

Apaixonado pelo tênis, Rowilson contou que a iniciativa surgiu

da curiosidade das crianças que o viam treinar em uma quadra construída com recursos próprios para praticar a modalidade, e, que aos poucos, foram despertando o interesse para o esporte. E foi a partir desse contato que o magistrado decidiu criar o projeto.

Atualmente, com o apoio do conselho tutelar e de voluntários que formam uma equipe multiprofissional, o ‘Bom na Escola’ disponibiliza aos alunos exames médicos, laboratoriais, odontológico

e psicológico e desenvolve ainda atividades de incentivo à leitura e aulas de informática.

A equipe de competição do projeto, composta por 50 tenistas participam das etapas dos torneios realizados pela Confederação Brasileira, Federação Mineira e Superliga de Tênis, além dos torneios abertos.

Entusiasta dos esportes, que considera um importante instrumento de socialização e de desenvolvimento físico e intelectual, a expectativa de Rowilson é ampliar a estrutura física do projeto para possibilitar a prática de outras modalidades, a fim de formar novos atletas e cidadãos, como Matheus Vieira, que chegou a ficar entre os cinco melhores do ranking da Superliga de Tênis de 2008 a 2012, e hoje se prepara para voltar às disputas nas quadras, e, fora delas, torce para que o juiz Rowilson continue incentivando e abrindo o caminho para a vida de outras crianças. ●

Dictum
instituto de gestão e perícia

**PERÍCIA E ASSESSORIA TÉCNICA
EM PROCESSOS JUDICIAIS
E EXTRAJUDICIAIS**

*Mãe, você sempre me ajudou
a mudar para melhor!*



*Nosso carinho e homenagem
às mães do planeta!*



(31) 3332.3800 - 3332.4280
www.gegemudancas.com.br

32
ANOS

FIBROMIALGIA

Dor invisível atinge 10% dos brasileiros

Depositphotos



Dores no corpo e dificuldade para dormir são sintomas da Fibromialgia

Daniela Fagundes

Fortes dores pelo corpo, dificuldade em dormir e cansaço são sintomas que incomodam. Agora, imagine conviver com todos esses sintomas permanentemente. Essa é a sensação de quem tem fibromialgia, uma doença invisível, mas que, segundo pesquisa da Associação Internacional para o Estudo da Dor, atinge 10% dos brasileiros.

Considerada uma forma de reumatismo, a doença é caracterizada por uma alta sensibilidade do paciente quando exposto a estímulos dolorosos, o que gera um desconforto generalizado. “Os sintomas da fibromialgia não causam deformidades, mas prejudicam muito a qualidade

de vida do paciente”, apontou o reumatologista Jomar de Abreu Cunha*.

Além das dores, a busca por um diagnóstico também aflige quem sofre com a fibromialgia. De acordo com a Associação Internacional para o Estudo da Dor, a confirmação, geralmente, só acontece cerca de sete anos após o início dos sintomas. “Muitas vezes, os médicos têm dificuldade em fechar o diagnóstico porque não existe um exame que, por si só, confirme a fibromialgia. É preciso estar atento ao quadro geral do paciente e realizar um exame clínico minucioso, porque os sintomas podem mimetizar outras doenças”, ressaltou o médico. Foi o que aconteceu com a administradora Samira Barros, de 28 anos,

diagnosticada com fibromialgia há dois anos. “Desde os 15 anos, eu me queixava de dores nas articulações. Fui diagnosticada com tenosinite. O tratamento foi fisioterapia, talas e até mesmo gesso em um dos braços. O médico chegou a sugerir que eu fizesse uma cirurgia”, contou a jovem.

Por não serem visíveis, os sintomas da doença nem sempre são levados a sério pelos médicos e pelas pessoas que convivem com o paciente. Muitos acabam considerando as dores emocionais ou psicológicas como relatou Samira. “Alguns duvidavam e, até hoje, muita gente próxima acha que é frescura ou desculpa. Tem aqueles que pensam até que é uma forma de chamar atenção”.

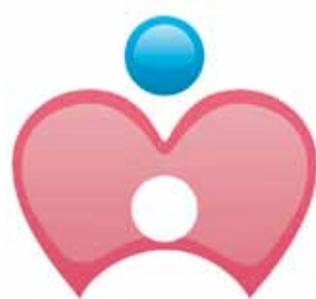
Atualmente, a doença que atinge, em sua maioria, as mulheres (80%), é diagnosticada a partir de exames clínicos e eliminação de outras doenças. Estudos mostram que os fibromiálgicos apresentam 18 pontos dolorosos padronizados. Dor intensa em 11 desses pontos e a presença de outros sintomas, como fadiga crônica, síndrome do cólon irritável, dor de cabeça, inchaço das mãos e dedos arroxeados, ajudam no diagnóstico final da doença. O caráter genético também é importante, uma vez que mulheres da família de uma paciente têm oito vezes mais chance de desenvolver fibromialgia.

Por se tratar de uma doença que atinge diferentes pontos do corpo, o tratamento também deve ser multidiscipli-

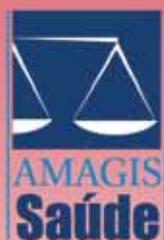
nar. Antidepressivos, relaxantes musculares e anti-inflamatórios são importantes para minimizar os sintomas, mas, sempre aliados à prática de atividade física. “Os exercícios são fundamentais para a melhoria na qualidade de vida do paciente. Mas esse hábito representa um desafio diário, uma vez que a doença provoca a dor, o que acarreta alterações no humor e, com isso, a desistência da atividade física. Os exercícios mais indicados são aqueles praticados na água, que fortalecem o músculo e relaxam”, orientou o médico Jomar. Técnicas de alongamento também são boas opções para quem busca ficar livre da dor. Esse foi o caminho encontrado por Samira. “Após muito anos convivendo com a doença continuo fazendo acupuntura em algumas épocas do ano em que as crises tendem a aparecer, como antes do frio ou no fim do ano, que é uma época mais estressante. Atividade física regular é imprescindível, porque se fico parada, quase morro de dor”, reconheceu a administradora.

Devido à sua natureza, ainda existem muitos questionamentos sobre a doença. Vários estudos vêm sendo desenvolvidos na esperança de entender melhor a fibromialgia. Hoje, a única certeza que se tem é que, apesar de invisível, a dor do fibromiálgico é real. ●

* O reumatologista Jomar de Abreu Cunha é credenciado ao Amagis Saúde.



Programa
AMOR à **VIDA**



Bem-estar e qualidade de
vida para você, usuário do
AMAGIS SAÚDE

INTEGRAÇÃO

Diretoria vai revitalizar Integramagis neste ano

Os hits dos anos dos 'Anos Dourados' embalarão o Integramagis realizado, no dia 3 de maio, no salão de festas da Amagis, em Belo Horizonte, que reuniu magistrados e seus familiares. Após Divinópolis, no Centro Oeste de Minas, este foi o segundo Integramagis realizado no ano, o primeiro na capital.

O presidente da Amagis, Herbert Carneiro, disse aos colegas que o propósito da atual diretoria é incrementar e revitalizar o Integramagis, fortalecendo a integração da magistratura. Para ele, a boa presença da família da magistratura na noite é mostra do bom caminho a ser trilhado, o mesmo do ex-presidente da Associação Bruno Terra na prevenção da saúde da classe.

Fotos Adriano Boaventura



Herbert Carneiro destacou a importância da integração da magistratura

Segundo o vice-presidente de Saúde, juiz Maurício Torres Soares, a diretoria conta com a participação de todos não só nos eventos promovidos, mas também no envio de sugestões de temas para as confraternizações e palestras.

A diretora do Parque Esportivo, juíza Riza Aparecida Nery, que juntamente com o vice-presidente Sócio-cultural Esportivo, desembargador Tiago Pinto, tem desenvolvido atividades de revitalização no Parque participou do Integramagis.

A noite foi embalada pela apresentação musical do Trio Bretas, e pouco antes da confraternização o cardiologista Geraldo Majela de Assis Pereira ministrou uma palestra sobre o tema "Magistratura: Carreira, Vida e Saúde". ●



Suplemento do Plano de Saúde da Associação dos Magistrados Mineiros AMAGIS

Rua Albita, 194 • Cruzeiro
Belo Horizonte • MG
Telefax: (31) 3079-3499
e-mail: imprensa@amagis.com.br
www.amagis.com.br

Presidente da Amagis:
Desembargador Herbert
José de Almeida Carneiro

Diretoria do Amagis Saúde:
Vice-presidente de Saúde
Juiz Maurício Torres Soares

Diretor de Saúde
Juiz Edison Feital Leite

Diretor Financeiro
Juiz Cláudio Manuel
Barreto de Figueiredo

Conselho Gestor:
TJMG

Wander Paulo Marotta Moreira
Geraldo Domingos Coelho

Suplentes
José Geraldo Saldanha da Fonseca
Geraldo José Duarte de Paula

Juízes da Capital
Mária Luíza Santana Assunção
Edison Feital Leite

Suplentes
Marco Aurélio Ferenzini
Marli Maria Braga Andrade

Juízes do Interior
Marcelo Carlos Cândido
Dalton Soares Negrão

Suplentes
Paulo Antônio de Carvalho
André Luiz Tonello de Almeida

Aposentados
Cláudio Manuel Barreto Figueiredo
Francisco Albuquerque

Suplentes
Noelmo Adelino Machado
Mauro Soares de Freitas

Diretoras de comunicação:
Juízas Aldina de Carvalho Soares
e Rosimere das Graças do Couto

Coordenador de Comunicação:
Bruno Gontijo • Mtb - MG: 11008

Jornalistas:
Georgia Baçvaroff - Mtb - MG: 08441
Adriano Boaventura • Mtb - MG: 9181
Fernanda Marques • Mtb - MG: 12188
Tiago Parrela • Mtb - MG: 14634

Estagiária:
Daniela Fagundes

Projeto Gráfico:
Agência Graffo

Diagramação:
Fosfato Editoração

Pré-impressão/Impressão:
Gráfica e Editora Del Rey

EXCELÊNCIA

Amagis Saúde recebe novo prêmio por atendimento

Em reconhecimento à nota máxima no Índice de Desempenho da Saúde Suplementar (IDSS) conferida pela Agência Suplementar Nacional de Saúde (ANS) ao Amagis Saúde em 2011, a União Nacional das Instituições de Autogestão em Saúde (Unidas) premiou o plano de saúde da magistratura mineira pela excelência do serviço prestado durante cerimônia realizada em Brasília, no dia 15 de abril.

Para o vice-presidente de Saúde da Amagis, juiz Maurício Soares, que recebeu o prêmio em nome da Associação este é mais um reconhecimento à Amagis pela gestão do plano nos últimos anos, que colocou e mantém definitivamente o Amagis Saúde entre os melhores do país.

A avaliação da ANS leva em consideração critérios como a rede credenciada, número de médicos, hospitais e ambulatórios, a situação financeira, estrutura, qualidade no atendimento e satisfação do usuário.

Para atender estas exigências, o conselho Gestor de Saúde reúne-se periodicamente para planejar ações que visam qualificar, cada vez mais, o atendimento aos usuários do plano, como a implementação de novos sistemas de gestão e a ampliação do departamento de auditoria e coordenação do plano de saúde.

A capacitação da equipe do Amagis Saúde, por meio de cursos de atualização de atendimento, a ampliação da rede de credenciados,

Tahinã Diniz



Ao lado de Denise Rodrigues, Maurício Soares exhibe o prêmio

a inauguração de novas instalações para melhor receber os associados, e o incremento em novas tecnologias são alguns dos mecanismos adotados para manter a excelência do plano de

saúde da magistratura mineira.

A saúde financeira do plano, cujo vigor foi confirmada no início deste ano pela Rodarte Nogueira Consultoria Estatística e Atuária, é ou-

tro aspecto considerado importante pela diretoria da Associação para dar garantias aos usuários do plano e a possibilidade de novos investimentos que atendam às exigências da ANS. ●

NOVOS CREDENCIADOS

Cidade	Especialidade	Credenciado	Endereço	Telefone
Araxá	Fisioterapia	Centro Universitário do Planalto Araxá	Av. Ministro Olavo Drumond, 05 Novo São Geraldo	(34) 3669-2302
Campo Belo	Oftalmologia	Visiocentro	Av. Afonso Pena, 1001 - Vila Matilde	(35) 3831-2087
Conselheiro Lafaiete	Fisioterapia, Fonoaudiologia, Nutrição, Terapia Ocupacional	Centro de Reabilitação Hidrosolar	Rua Barão de Pouso Alegre, 86 São Sebastião	(31) 3761-5781
Congonhal	Fisioterapia	Fisiominas	Rua Silviano Brandão, 842 - Sala 02 Centro	(35) 3424-1253
Montes Claros	Fisioterapia	Núcleo de Fisioterapia Bio Estética	Rua Gabriel Passos, 140 - Sala 202 Centro	(38) 3221-8486
Poços De Caldas	Pediatria, Cirurgia Pediátrica e Psicologia	Psyque Serviços Psicológicos	Rua Minas Gerais, 280 Sala 203 Centro	(35) 3721-8235
Uberlândia	Psicologia	Ana Paula Soares Ferreira Melazo	Av. Cesário Alvim, 1387 - Aparecida	(34) 9966-1156
		Letícia Maria Soares Ferreira	Av. Cesário Alvim, 1387 - Aparecida	(34) 9969-3396
	Psiquiatria	Dante Galileu Guedes Duarte	Av. João Pinheiro, 300 - Centro	(34) 3233-1400